

Alguns dos Acontecimentos mais Importantes da Evolução da Contabilidade e da Profissão de Contabilista em Portugal desde 1755 até hoje

Joaquim Fernando da Cunha Guimarães

Primeira versão – Janeiro de 2007

Segunda versão – Janeiro de 2009

Revista Electrónica INFOCONTAB n.º 40, de Fevereiro de 2009

No nosso artigo sob o título “História da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas – 10.º Aniversário (1995-2005)”¹ elaborámos um QUADRO N.º 1, sob o título “Acontecimentos Mais Importantes na Evolução da Contabilidade e da Profissão”², o qual teve por base o APÊNDICE 1 do artigo “Corporativismo, Liberalismo e a Profissão Contabilística em Portugal desde 1755”, da autoria de Lúcia Rodrigues, Delfina Gomes e Russel Graig³.

Passados dois anos, o presente artigo visa, essencialmente, a reprodução do referido quadro com algumas nossas correcções e acrescentos resultantes de investigação posterior, as quais sublinhamos a amarelo, pois, como então referimos, o mesmo deve ser analisado com carácter dinâmico e, como tal, susceptível de tais mutações, quer as mesmas resultem dessas nossas investigações ulteriores, quer de eventuais sugestões e correcções de colegas⁴.

O referido APÊNDICE 1 do artigo em destaque⁵ caracteriza-se pela descrição de diversos factos políticos, comerciais, contabilísticos, jurídicos e profissionais, divididos em cinco grandes períodos⁶:

- Monarquia Absoluta Corporativista (factos relatados de 1755 a 1770);
- Monarquia Liberal (factos descritos de 1833 a 1888);
- Declínio do Liberalismo e Ascensão do Corporativismo (factos relatados de 1902 a 1911)

¹ Publicado no nosso livro *Técnicos Oficiais de Contas*, ed. INFOCONTAB Edições, Lda, Braga, Janeiro de 2007, pp. 153-254 e disponível no *Portal INFOCONTAB* nos menus “Actividades Pessoais/Artigos (download)/N.º 203” e “Infocontab/Revista Electrónica/N.º 15, de Dezembro de 2006”.

² Este título difere do presente artigo pela inclusão das expressões: “Alguns dos” e “de Contabilista em Portugal”. O quadro foi, igualmente, incluído no livro do “Primeiro Encontro da História da Contabilidade” da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC), pp. 43-57, realizado nos dias 29 e 30 de Setembro de 2008, em Lisboa e Porto, respectivamente, se organizado pela Direcção e pela Comissão de História da Contabilidade da CTOC.

³ Publicado na revista *TOC* n.º 46, de Janeiro de 2004, pp. 24-39, com alguns acrescentos do artigo “Evolução da Profissão dos Técnicos de Contas em Portugal – Do Marquês de Pombal Até aos Nossos Dias”, da autoria de Lúcia Lima Rodrigues e Delfina da Rocha Gomes, publicado no *Jornal de Contabilidade* da APOTEC n.º 302, de Maio de 2002, pp. 131-41.

⁴ Até à data ainda não obtivemos qualquer contributo, pelo que insistimos.

⁵ Conforme rodapé n.º 3 do presente artigo.

⁶ As datas dos factos relatados referem-se às indicadas pelos autores e não às que acrescentamos.

- Ditadura Corporativista (factos descritos de 1933 a 1974);
- Democracia Liberal Emergente e Neo Corporativismo (factos relatados de 1974 a 1999).

Assim, o último facto descrito no referido QUADRO N.º 1 do nosso artigo diz respeito à publicação em Abril de 2000 do primeiro número da revista “TOC”.

Neste contexto, com a entrada no novo século e no novo milénio, julgámos útil relatar alguns dos acontecimentos mais importantes após aquela data.

Para a elaboração do citado quadro, mantivemos esses períodos e factos e acrescentamos outros que consideramos importantes relacionados, nomeadamente, com:

- A Profissão de Contabilista em Portugal⁷;
- As Associações de Contabilidade;
- As Revistas de Contabilidade, ligadas ou não às Associações de Contabilidade;
- Livros mais antigos;
- Teses de Doutoramento e Dissertações de Mestrados em Contabilidade;
- Normativos contabilísticos e fiscais relevantes.

Na coluna “Importância” do Quadro, efectuamos diversas referências a nossos artigos, livros e outros trabalhos, alguns dos quais publicados em revistas/jornais, e que disponibilizamos para *download* no nosso Portal INFOCONTAB, a fim de permitir uma consulta mais exaustiva e concreta sobre os eventos relatados.

As alterações agora introduzidas, resultaram, por um lado, de investigações e acontecimentos mais recentes, nomeadamente alguns nossos artigos⁸, e, por outro lado, de pequenas alterações de pormenor e ou de redacção.

Considerando as características do artigo, a sua actualização será permanente e, repetimos, dinâmica, à medida do conhecimento de factos importantes relatáveis, quer os mesmos resultem de nossas investigações ulteriores (assumimos que não deixa de constituir uma “visão pessoal” e, quiçá, em alguns casos, enviesada), quer do contributo

⁷ Elaborámos um artigo com este título, disponível no menu “Actividades Pessoais/Artigos (Download)/Por Título/N.º 228” do nosso Portal INFOCONTAB e publicado na Revista Electrónica INFOCONTAB n.º 33, de Julho de 2008.

⁸ Como, por exemplo:

- “O livro “Tratado sobre as Partidas Dobradas”, de autor anónimo”, publicado na revista *TOC* n.º 103, de Outubro de 2008, pp. 38-47 e disponível no menu “Actividades Pessoais/Artigos (Download)/Por Título/N.º 239” e Revista Electrónica INFOCONTAB n.º 33, de Julho de 2008 do *Portal INFOCONTAB*.
- “O Jornal “A Voz do Comércio” (1929-1931?)”, Revista Electrónica INFOCONTAB n.º 7, de Março de 2006 do *Portal INFOCONTAB*.

de terceiros, os quais antecipadamente agradecemos. Ou seja, este artigo não é, nem nunca será, um “texto acabado”, pelo que todas as contribuições, críticas e sugestões serão bem vindas e referenciadas.

Os factos relatados referem-se, essencialmente, à actividade das entidades/empresas privadas, embora não deixemos de efectuar referências pontuais a acontecimentos, por exemplo, na área da Contabilidade Pública (v.g. POCP, POC Sectoriais da Administração Pública).

Porém, não podemos deixar de registar que, modéstia à parte, o presente texto é o trabalho do género mais completo apresentado até à data.

ALGUNS DOS ACONTECIMENTOS IMPORTANTES NA EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE E DA PROFISSÃO DE CONTABILISTA EM PORTUGAL DESDE 1755 ATÉ HOJE

Obs: Este quadro foi elaborado por Joaquim Fernando da Cunha Guimarães a partir do artigo sob o título “Corporativismo, Liberalismo e a Profissão Contabilística em Portugal desde 1755”, da autoria de Lúcia Maria Portela de Lima Rodrigues, Delfina Rosa da Rocha Gomes e Russel Graig.

Os dados do quadro elaborados por aqueles autores estão descritos a letra normal. A primeira versão da autoria de Joaquim Guimarães contém correcções e acrescentos destacados a negrito. A última versão, também da autoria de Joaquim Guimarães, contém correcções e acrescentos (estes últimos essencialmente a partir do ano de 2000) assinalados, simultaneamente, a negrito e a amarelo. Este quadro é dinâmico pois será actualizado de acordo com novas investigações e ou contributos dos leitores.

DATA	ACONTECIMENTO	IMPORTÂNCIA
	MONARQUIA ABSOLUTA CORPORATIVISTA	
1755	Terramoto em Lisboa	Destruição de muitos registos comerciais.
1755	Criação da Junta de Comércio pelo Marquês de Pombal, através do Real Decreto de 30 de Setembro de 1755	Impulsionou a actividade comercial e industrial e melhorou o ensino do comércio.
1758	Publicado o que é considerado o primeiro livro na área da contabilidade, de João Baptista Bonavie, sob o título “Mercador Exacto nos seus Livros de Contas ou Methodo Facil para Qualquer Mercador e Outros Arrimarem as suas Contas...”, em Lisboa	Elaborei artigo sob o título: “Os Primeiros Livros Portugueses de Contabilidade” disponível no meu Portal INFOCONTAB.
1759	Criação da Aula do Comércio	Os Estatutos da Aula do Comércio datam de 19 de Abril de 1759 e foram confirmados por Alvará de 19 de Maio de 1759. Primeiro estabelecimento de ensino criado oficialmente em Portugal para o ensino da contabilidade. É considerado o primeiro estabelecimento de ensino do comércio e da contabilidade na Europa e talvez (facto ainda não confirmado) no mundo. É a primeira lei a fazer referência à profissão de “guarda-livros”.
1764	É publicado em Turim (Itália) o livro “Tratado sobre as Partidas Dobradas”, de autor anónimo, sendo considerado o segundo livro mais	Elaborei artigo sob o título: “O livro ‘Tratado sobre as Partidas Dobradas’, de autor anónimo”, publicado na revista TOC n.º 103, de Outubro de 2008,

	antigo na área de Contabilidade.	pp. 38-47 e disponível no meu Portal INFOCONTAB.
1770	Primeira regulamentação da profissão contabilística	Por Carta de Lei de 30 de Agosto de 1770. Os guarda-livros deviam inscrever-se na Junta de Comércio e ser graduados pela Aula de Comércio. Alguns empregos na administração pública só estavam disponíveis para os alunos da Aula do Comércio.
	MONARQUIA LIBERAL	
1833	Publicado o Primeiro Código Comercial Português, denominado “Código Ferreira Borges”, em homenagem ao seu autor, José Ferreira Borges.	
1838	A Profissão de “guarda-livros” é reconhecida nas leis fiscais como uma das profissões liberais sujeitas à “décima” (carta de Lei de 7 de Abril de 1838)	Ser graduado pela Aula do Comércio e estar inscrito na Junta de Comércio já não era tão importante para poder ser considerado “guarda-livros”, embora alguns empregos públicos continuassem a ser atribuídos a alunos da Aula do Comércio. A “décima” (uma décima parte do rendimento) é considerado o imposto embrionário do sistema fiscal português.
1885	Criada a “Associação Portuguesa de Contabilidade”, por Alvará de 12 de Outubro de 1885	De acordo com Ricardo de Sá no seu livro “Verificações e Exames de Escripta”, Ed. Livraria Ferin, Lisboa, 1912, teve vida efémera, não se sabendo o período de actividade. Elaborei artigo sob o título “Os Primórdios das Associações e das Revistas de Contabilidade em Portugal”, publicado na revista TOC n.º 78, de Setembro de 2006, pp. 19-31 e disponível no meu Portal INFOCONTAB.
1888	Novo Código Comercial, denominado “Código Veiga Beirão”, em homenagem a um dos seus autores, Francisco António da Veiga Beirão.	Permite que os comerciantes e as empresas entreguem a contabilidade a qualquer pessoa, fazendo com que a competência para o trabalho deixasse de ser considerada sob a forma de lei. A profissão de “guarda-livros” deixa de ser referida no Código Comercial, o que foi considerado um retrocesso. Elaborei artigo sob o título “120.º Aniversário (1888/2008) do Código Comercial – Para Quando um Novo?”, publicado no Jornal AMinho n.º 87, de Julho de 2008, p. 19, na Revista Contabilidade & Empresas de Junho de 2008, p. 18 e Revista Electrónica INFOCONTAB n.º 32, de Junho de 2008. Ricardo de Sá apresentou ao Rei D. Luís uma carta sob o título “Carta a Sua Alteza Real o Serenissimo Senhor Duque de Bragança” no qual criticou veementemente o facto de o Código ter deixado de fazer referência ao “Guarda-Livros”. Ainda é o Código Comercial em vigor.
1894	Criada a “Associação dos Empregados de Contabilidade”, por Alvará de 19 de Julho de 1894, também designada por “Associação de Classe dos Empregados de Contabilidade”, e, mais tarde, por “Instituto da Classe Commercial de Lisboa”.	De acordo com Ricardo de Sá no seu livro “Verificações e Exames de Escripta”, Ed. Livraria Ferin, Lisboa, 1912, esta Associação sucedeu à “Associação Portuguesa de Contabilidade” e também teve vida efémera não se sabendo a sua duração.

		Elaborei artigo sob o título “Os Primórdios das Associações e das Revistas de Contabilidade em Portugal”, publicado na revista TOC n.º 78, de Setembro de 2006, pp. 19-31 e disponível no meu Portal INFOCONTAB.
1897	A “Associação dos Empregados de Contabilidade” publica o Boletim “O Commercio”.	N.º 1, de 31 de Março de 1897 e o último deverá ter sido em Junho/Agosto de 1902. Posteriormente foi designado por “Boletim da Associação dos Empregados de Contabilidade” e, finalmente, por “Boletim do Instituto da Classe Commercial de Lisboa”. Poderá ter sido a primeira revista/boletim na área da Contabilidade. No menu “Contabilidade/Revistas/Fora de Actividade/Boletim O Comércio” do meu Portal INFOCONTAB disponibilizo diversas informações sobre o Boletim.
	DECLÍNIO DO LIBERALISMO E ASCENSÃO DO CORPORATIVISMO	
1902	Criada a “Escola Prática Comercial Raul Dória”, no Porto, considerada pioneira no ensino técnico comercial e da contabilidade.	Foi uma das principais escolas nacionais do ensino prático da contabilidade e do comércio e encerrou no ano lectivo de 1963/64, após 62 anos de actividade. Elaborei artigo sob o título “Centenário (1902-2002) da “Escola Prática Raul Dória””, publicado na revista TOC n.º 33, de Dezembro de 2002, pp. 20-5 e disponível no meu Portal INFOCONTAB. No meu Portal INFOCONTAB no menu “Contabilidade/Mestres-Professores/Raul Dória e Álvaro Dória” disponibilizo diversos dados bibliográficos sobre os autores.
1903	Ricardo José de Sá (ou Ricardo de Sá) publica o livro “Tratado de Contabilidade”, Ed. Typographia “A Editora”, Lisboa, considerado o primeiro livro português que releva a teoria da contabilidade.	Elaborei dois artigos sob os títulos “Ricardo de Sá e a “dívida” dos Técnicos de Contas”, publicado na revista TOC n.º 69, Dezembro de 2005, pp. 37-45 e “Ricardo de Sá - Um Homem da e para a Contabilidade”, comunicação efectuada nas III Jornadas de História da Contabilidade APOTEC em Fevereiro de 2006, e Revista Electrónica INFOCONTAB n.º 1, de Julho de 2005, ambos disponíveis no meu Portal INFOCONTAB. No menu “Contabilidade/Mestre-Professores” do meu Portal INFOCONTAB disponibilizo diversos dados bibliográficos de Ricardo de Sá.
1908	Publicado o primeiro número da revista “O Guarda-Livros” da Escola Prática Comercial Raul Dória no Porto.	O n.º 1 data de 10 de Agosto de 1908 e foi publicado até ao n.º 84, de Março de 1914. No artigo, “Centenário (1902-2002) da “Escola Prática Raul Dória””, publicado na revista TOC n.º 33, de Dezembro de 2002, pp. 20-5 disponibilizo informações sobre a revista e a “Revista de Contabilidade” que lhe sucedeu.
1910	Implantação da República. A Constituição é aprovada em 20 de Agosto de 1911	Portugal implementou medidas para se tornar um Estado moderno e republicano, tentando restabelecer a economia.
1911	Pelo Regulamento de Fiscalização das Sociedades Anónimas de 13 de Abril de 1911 (vigorou no ano civil de 1911 e ano económico 1911/1912) as sociedades anónimas passam a ter que submeter as suas contas à	Introdução do conceito de “responsabilidade mutual” em relação a actos contabilísticos fraudulentos.

	fiscalização oficial por peritos contabilistas. Os Directores não podem ser guarda-livros. O número 2 do artigo 9.º da parte II sob o título “Modo de exercer a fiscalização” determina que os documentos de prestação de contas devem ser assinados “sempre pelo guarda-livros”. Além disso, o art.º 35.º estabelece que os guarda-livros são co-responsáveis com os gerentes da sociedade, por quaisquer actos dolosos tendentes a ocultar a veracidade das verbas constitutivas dos balanços, e, por tal motivo, são obrigados a subscrever os inventários, balanços e todas as contas que as sociedades tenham de apresentar.	
1911	Decreto (Lei de 27 de Maio de 1911, publicada no Diário do Governo n.º 12, de 29 de Maio de 1911) exige que a contabilidade seja executada por técnicos competentes e cria duas Câmaras de Peritos Contabilistas (uma no norte e outra no sul) para verificar o relato financeiro e examinar as contas.	Retorno ao corporativismo. Seriam atribuições das Câmaras: - Dar parecer e verificar as contas que dizem respeito ao balanço e relatório que devem ser apresentados às assembleias gerais das companhias e sociedades anónimas; - Proceder a exame nas escritas quando ordenado pelos respectivos juizes nos processos comerciais, criminais e cíveis. As Câmaras não chegaram a ser constituídas.
1912	Ricardo José de Sá (ou Ricardo de Sá) publica no ano (1912) em que faleceu (1844-1912) o livro “Verificações e Exames de Escripta”, Ed. Livraria Ferin, Lisboa, considerado pelo próprio e no livro o primeiro livro português sobre a matéria.	Ricardo de Sá foi considerado um dos primeiros teóricos da contabilidade portugueses e da sua obra destaca-se o “Tratado de Contabilidade”. Salienta-se, também, as suas críticas ao actual Código Comercial de 1988 por ter deixado de fazer referência à profissão de guarda-livros, ao contrário do seu antecessor (Código Comercial de 1833). Elaborei dois artigos sob os títulos “Ricardo de Sá e a “dívida” dos Técnicos de Contas”, publicado na revista TOC n.º 69, Dezembro de 2005, pp. 37-45 e “Ricardo de Sá - Um Homem da e para a Contabilidade”, comunicação apresentada nas III Jornadas de História da Contabilidade APOTEC em Fevereiro de 2006 e Revista Electrónica INFOCONTAB n.º 1, de Julho de 2005, ambos disponíveis no Portal INFOCONTAB.
1916	Publicado o primeiro número de “Revista de Contabilidade” da Escola Prática Comercial Raul Dória no Porto	Sucedeu à anterior revista, “O Guarda-Livros”. O n.º 1 foi publicado em 15 de Fevereiro de 1916 e o último (n.º 24) em Fevereiro de 1917.
	DITADURA CORPORATIVISTA	
1926	Publicado o primeiro número, de Janeiro a Junho de 1926, da Revista de Comércio e Contabilidade.	Apenas foram publicadas seis números, todos no ano de 1926. A Direcção da revista era composta por Francisco Caetano Dias e pelo escritor e guarda-livros, Fernando Pessoa que, na altura, eram cunhados.
1928	Constituída a Associação dos Contabilistas e Guarda-Livros do Norte de	

	Portugal, por Alvará de 28 de Janeiro de 1928 e que deu lugar, por extinção em 1934, ao "Sindicato Nacional dos Contabilistas e Guarda-Livros do Distrito do Porto".	
1929	Publicado o primeiro número do jornal "A Voz do Comercio" e terá sido publicado até Agosto de 1931 O Jornal tem o subtítulo "Quinzenário dos Contabilistas e Guarda-Livros" e era publicado pela "Associação dos Contabilistas e Guarda-Livros do Norte de Portugal".	Elaborei artigo "O Jornal "A Voz do Comércio" (1929-1931?)" disponível no Portal INFOCONTAB na Revista Electrónica INFOCONTAB n.º 7, de Março de 2006.
1929	Jaime Lopes Amorim, grande Mestre de Contabilidade do século passado (1891-1973), publica o livro "Lições de Contabilidade Geral" Ed. Empresa Industrial Gráfica do Porto, Lda, Porto, que constitui um marco histórico na investigação contabilística em Portugal, posicionando a contabilidade numa perspectiva científica e ao nível do ensino superior	Elaborei artigo sob o título "As "Lições de Contabilidade Geral" de Jaime Lopes Amorim", publicado no meu livro "História da Contabilidade em Portugal - Reflexões e Homenagens", Ed. Áreas Editora, Lisboa, pp. 293-306 e na Revista Electrónica INFOCONTAB n.º 1, de Julho de 2005, do meu Portal INFOCONTAB.
1932	Polybio Artur dos Santos Garcia, apresenta na Universidade Técnica de Lisboa a sua tese de Doutoramento em Ciências Económicas e Financeiras, sob o título "A Unificação dos Balanços" para Concurso de Professor Auxiliar da Universidade Técnica de Lisboa e que três anos mais tarde (1935) veio a ser publicada em livro (Ed. Tip. Minerva de Vila Nova de Famalicão).	É considerada a primeira tese de doutoramento na área da Contabilidade em Portugal.
1933	Nova Constituição da República Portuguesa	Implementação de medidas para controlar a economia.
1933	Introdução do Estatuto do Trabalho Nacional	Desaparecimento de todas as associações e sindicatos livres e substituição por um sistema de "Sindicatos Nacionais" controlados pelo Estado.
1933	Primeira publicação da Revista de Contabilidade e Comércio	A revista continua a ser publicada e é a mais antiga em actividade. O primeiro Director foi José Henriques Garcia e o actual é Hernâni Olímpio Carqueja. Elaborei artigo sob o título "70.º Aniversário (1933 - 2003) da Revista de Contabilidade e Comércio" publicado na revista TOC n.º 44, de Novembro de 2003, pp. 33-5 e disponível no Portal INFOCONTAB.
1933	O Governo estabelece uma Comissão para estudar a regulamentação da profissão de guarda-livros e contabilistas	O Governo de Salazar reconhece a necessidade desta regulamentação. A Comissão elaborou um relatório que não chegou a ser publicado e era constituída por representantes do Ministério, do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, da Associação Industrial Portuguesa, da Associação dos Comercialistas Portugueses, e pela Associação dos Contabilísticos Diplomados pelos Institutos Médios e Cursos Equivalentes. Mais tarde integrou-se o 4.º Sindicato Nacional dos Contabilistas e Guarda-Livros do Distrito do Porto. A Revista de Contabilidade e Comércio n.º 1, de Janeiro/Março de 1933, p. 71,

		contém uma notícia sob o título “Regulamentação das Profissões de Guarda-Livros, Contabilistas e Perito-Contabilista”, referindo que a Comissão foi nomeada pelo Ministro do Comércio, Indústria e Agricultura, indicando como representantes as seguintes pessoas: Francisco de Almeida Carmo e Cunha (representante do Ministério), Mosés Bensabat Anzalak (representante do ISCEF), Emílio de Azevedo (representante da Associação Industrial Portuguesa), Sebastião Alfredo da Silva (representante da Associação dos Comercialistas Portugueses), Octávio da Fonseca e Brito e António Pedroso Pimenta (representante da Associação dos Contabilistas Diplomados pelos Institutos Médios de Comércio e Cursos Equivalentes).
1934	Criação do Sindicato Nacional de Contabilistas e Guarda-Livros do Distrito do Porto (SNCGDP)	Este Sindicato lutou pelo prestígio da profissão dos contabilistas e guarda-livros.
1936	Obrigatoriedade de os contabilistas e guarda-livros possuírem a “carteira profissional” do SNCGDP	Esta “carteira profissional” torna-se essencial para exercer a profissão de contabilista e guarda-livros.
1938	Fernando Vieira Gonçalves da Silva (1904/1998), grande Mestre de Contabilidade do século passado, defende a sua tese de Doutoramento na Universidade Técnica de Lisboa sob o título “A Regulamentação Legal da Escrituração Mercantil” (esboço crítico), publicada em livro no mesmo ano (Ed. Tip. da Empresa Nacional de Publicidade), sendo considerada a segunda tese na área da contabilidade e direito comercial.	Publicou diversas obras. A tese de doutoramento contém um capítulo sobre, “Funções e Responsabilidades do Guarda-Livros”, defendendo a regulamentação da profissão e existência de um Sindicato ou Câmara de Contabilistas. Elaborei artigo sob o título “F.V. Gonçalves da Silva e as “Doutrinas Contabilísticas””, publicado no Jornal de Contabilidade da APOTEC n.º 342, de Setembro de 2005, pp. 346-350, no meu livro “História da Contabilidade em Portugal – Reflexões e Homenagens”, Ed. Áreas Editora, Lisboa, pp. 307-17 e disponível no Portal INFOCONTAB.
1940	Proposta, datada de 8 de Novembro de 1940, de regulamentação da profissão pela Associação Académica do Instituto Comercial do Porto.	Esta proposta é um indicador importante do ambiente corporativista que se vivia na época. Esta proposta dividia os técnicos de contabilidade em três categorias: - Guarda-Livros – técnico que tem a função de, por si ou conjuntamente com os seus auxiliares, executar todas as operações de escrituração; - Contabilista – Técnico cuja função consiste em superintender, organizar, orientar e dirigir os serviços de contabilidade e administração dos organismos públicos e privados; - Perito Contabilista – Técnico que tem por função a finalização e verificação da contabilidade e factos gestivos dos organismos económicos.
1943	O Governo dissolve o SNCGDP. Os contabilistas e guarda-livros passam a ficar integrados nos heterogéneos Sindicatos dos Empregados de Escritório	O controlo dos sindicatos por Salazar prejudica os interesses dos contabilistas.

1945	Constituição da Sociedade Portuguesa de Contabilidade, em 27 de Junho de 1945, em Lisboa, cujo Estatuto foi aprovado por Alvará de 28 de Janeiro de 1946.	A SPC embora não tenha sido extinta teve actividade relevante até ao fim da década de 80. Elaborei artigo sob o título “A Sociedade Portuguesa de Contabilidade “Ressurreição” (ou não?)” publicado na revista TOC n.º 59, de Fevereiro de 2005, pp. 24-33 e n.º 60, de Março de 2005, pp. 22-33 e disponível no Portal INFOCONTAB.
1949	A Sociedade Portuguesa de Contabilidade promove um conjunto de 16 palestras sob o título geral “Vantagens para a Contabilidade da Regulamentação Profissional dos Técnicos de Contas”	As palestras constam de um livro com o título geral “Vantagens para a Contabilidade da Regulamentação Profissional dos Técnicos de Contas” publicado pela SPC em 1949.
1954	Publicação do primeiro número do “Boletim das Sociedade Portuguesa de Contabilidade”	O n.º 1, foi publicado em Outubro de 1954 e o último (n.º 65) em Outubro/Dezembro de 1984, i.e., o boletim foi publicado durante 30 anos. O primeiro Director foi Hernâni de Barros Bernardo e o último Fernando da Conceição Lopes.
1956	Caetano Leglise da Cruz Vidal defende a sua tese de Doutoramento em Finanças pela Universidade Técnica de Lisboa, sob o título “Ensaio sobre um Planeamento Contabilístico Racional”, que seria publicada em livro no ano anterior, ed. Tip. União Gráfica de Lisboa.	É a segunda tese na área da Contabilidade e, concretamente, sobre normalização contabilística.
1963	Introdução do Código de Contribuição Industrial, pelo Decreto-Lei n.º 45103, de 1 de Julho de 1963, o qual exige que a tributação seja baseada no lucro real das empresas	Surge a necessidade de uma contabilidade mais rigorosa executada por “técnicos de contas” (nova designação). Estes desenvolvimentos levaram ao aparecimento dos Núcleos de Técnicos de Contas no Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório. O art.º 52.º do CCI previa a regulamentação legal do exercício da profissão e, até à sua publicação, os técnicos de contas teriam de se inscrever na Direcção Geral das Contribuições e Impostos (DGCI), o que veio a acontecer até ao início do processo de inscrição na Associação dos Técnicos Oficiais de Contas (ATOC), criada pelo Decreto-Lei n.º 265/95, de 17 de Outubro.
1964	A Comissão de Contabilidade e Estatística do Centro de Organização de Escritórios do Sindicato Nacional dos Empregados de Escritórios do Distrito de Lisboa apresenta um estudo denominado “Plano Geral de Contabilidade: Projecto – Contribuição para o Plano Contabilístico Português”.	É considerado o primeiro estudo sobre um Plano Geral de Contabilidade.
1965	Camilo Cimourdain de Oliveira, decano dos Professores Universitários Portugueses de Contabilidade, apresenta tese de doutoramento na Faculdade de Economia da Universidade do Porto, sob o tema “A Reintegração Acelerada como Incentivo Fiscal ao Investimento”, publicada em livro, Ed. Oficinas de Manufacturas Modesta, em 1964.	O Professor teve um importante papel na redacção do Código da Contribuição Industrial (CCI), pois integrou o grupo de quatro especialistas que elaborou o CCI. Assim, pela primeira vez, a legislação fiscal, via CCI, passou a contemplar referência à regulamentação é à profissão de “Técnico de Contas”.

		Elaborei artigo sob o título “Cimourdain de Oliveira - Sua Contribuição para a Contabilidade e a Fiscalidade”, publicado no livro “História da Contabilidade em Portugal – Reflexões e Homenagens”, Ed. Áreas Editora, Lisboa, pp. 331-47 e Revista Electrónica INFOCONTAB n.º 1, de Julho de 2005. No menu “Contabilidade/Mestres-Professores/ Camilo Cimourdain de Oliveira (1912 - 2008)” disponibilizo diversas bibliografias sobre o Professor. O Professor faleceu em 8 de Novembro de 2008, com 96 anos, e era considerado o “Decano dos Professores Universitários de Contabilidade”, tendo leccionado até aos 88 anos. Elaborei artigo sob o título “Panegírico a Camilo Cimourdain de Oliveira”, publicado na revista TOC n.º 106, de Janeiro de 2009, pp. _____ e disponível no meu Portal INFOCONTAB.
1968	Jaime Lopes Amorim publica seu último o livro “Digressão Através do Vetusto Mundo da Contabilidade”, Ed. Livraria Avis, Porto.	Pode ser considerada a “cereja em cima do bolo” da sua vasta obra.
1968	Primeira publicação do Jornal do Técnico de Contas e da Empresa	Foi publicado desde o n.º1, de 10 de Junho de 1968 até ao n.º 457, de Dezembro de 2003. A extinção deveu-se a motivos de saúde e posterior falecimento, em Dezembro de 2004, do seu Director desde o início, José Luís Lopes Marques. Elaborei artigo sob o título “O JTCE - 36 anos ao serviço da Contabilidade e do Técnico de Contas”, publicado na revista TOC n.º 47, Fevereiro de 2004, pp. 40-5 e disponível no menu Portal INFOCONTAB.
1969	O Decreto-Lei n.º 49381, de 15 de Novembro de 1969, prevê a fiscalização das Sociedades Anónimas e estabelece regras para a elaboração do Balanço e da Conta dos Resultados.	
1970	Em Lisboa, em 1 de Maio de 1970. o “Grupo de Trabalho “Técnica Contábil – Economia de Empresas” da Comissão Directiva da Secção Profissional dos Técnicos de Contas do Sindicato Nacional dos Profissionais de Escritório do Distrito de Lisboa apresenta o “Plano de Contabilidade Nacional para a Empresa”	É considerado o segundo estudo sobre um plano de contabilidade nacional.
1970	A Direcção Geral das Contribuições e Impostos nomeia a “Comissão de Estudos do Plano”, constituída por Rogério Fernandes Ferreira, Henrique Quintino Ferreira e Mário Martinho Pereira, ex-Técnicos da DGCI, visando a elaboração de um Plano Geral de Contabilidade	É considerada a primeira iniciativa governamental para a implementação de um Plano Contabilístico Nacional. O Projecto do Plano foi elaborado entre 1970 e 1973 e apresentado neste último ano em livro, sob o título “Anteprojecto do Plano Geral de Contabilidade”, pelo Centro de Estudos Fiscais da DGCI.
1970	Relatório da Comissão estabelecida pelo Ministro das Corporações e da Previdência Social para estudar a regulamentação da profissão contabilística	Recomendou a mudança de designação para “técnicos de contabilidade” e a inscrição num “Sindicato Nacional de Técnicos de Contabilidade”.
1972	Governo reconhece a profissão de revisor oficial de contas, através da	Os Revisores Oficiais de Contas passaram a ter a sua profissão regulamentada

	respectiva Câmara	pelo Decreto-Lei n.º 1/72, de 3 de Janeiro e a Câmara foi criada pela Portaria n.º 83/74, de 6 de Fevereiro. Elaborei artigo sob o título “Contributo para a História da Revisão de Contas em Portugal” publicado na revista Revisores e Empresas n.º 27, Outubro/Dezembro de 2004, pp. 9-23, no meu livro “História da Contabilidade em Portugal – Reflexões e Homenagens”, Ed. Áreas Editora, Lisboa, pp. 97-125 e disponível no Portal INFOCONTAB.
1974	25 de Abril de 1974 - Revolução dos cravos e queda de Marcelo Caetano	
	DEMOCRACIA LIBERAL EMERGENTE E NEO-CORPORATIVISMO	
1974	O Ministério das Finanças – Secretaria de Estado de Orçamento, do 1.º Governo pós 25 de Abril de 1974, nomeia, em Novembro de 1974, e por Despacho do Secretário de Estado do Orçamento de 27 de Fevereiro de 1975 uma Comissão para o estudo de normalização contabilística das empresas, tendo o relatório sido apresentado em 8 de Agosto de 1975.	Esta Comissão pode ser considerada o embrião da Comissão de Normalização Contabilística, pois era constituída por representantes das Associações, da DGCI, da Inspeção Geral de Finanças, de alguns Estabelecimentos de Ensino Superior mais representativos e de sindicatos ligados à profissão.
1974	A Sociedade Portuguesa de Contabilidade (SPC) apresenta para discussão um Plano Português de Contabilidade, no seio de uma Comissão criada para o efeito.	Os Boletins da SPC n.ºs 36 e 37 divulgam o texto do documento.
1974	Proposta dos Técnicos de Contas do Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório.	Recomendava que a contabilidade das empresas só pudesse ser executada por técnicos competentes (tais como “técnicos de contas”) com habilitações adequadas.
1974	Criada a Câmara dos Revisores Oficiais de Contas	Pela Portaria n.º 83/74, de 6 de Fevereiro. Elaborei o artigo sob o título “Contributo para a História da Revisão de Contas em Portugal”, publicado na revista Revisores e Empresas n.º 27, de Outubro/Dezembro de 2004, pp. 9-23 e disponível no meu Portal INFOCONTAB.
1974	O 1.º Governo Provisório, alguns meses após o 25 de Abril, no seu Programa de Política Economia e Social, prevê como medida de combate à evasão fiscal a “adopção de planos de contas normalizados para as empresas”. Em Novembro de 1974 é constituída uma Comissão encarregada da normalização contabilística em Portugal.	Esta informação foi extraída do site da CNC. A Comissão referida foi confirmada mais tarde por Despacho de 27 de Fevereiro de 1975, a seguir mencionado.
1975	Por Despacho de 27 de Fevereiro de 1975, do Secretário do Estado do Orçamento, António Seixas Costa Leal (publicado no Diário do Governo n.º 65, II Série, de 18 de Março de 1975) é criada uma Comissão para o estudo da normalização contabilística das empresas, cujo relatório foi apresentado em 8 de Agosto de 1975. A Comissão era constituída por	

	representantes das Associações Comerciais do Porto e Lisboa, da Associação Profissional dos Contabilistas, da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, da Confederação da Indústria Portuguesa, da DGCI, da Faculdade de Economia do Porto, da Inspeção Geral de Finanças, dos Institutos Comerciais de Lisboa e do Porto, do Instituto Nacional de Estatística, do Instituto Superior de Economia, da Secretaria do Estado do Abastecimento e Preços, do Sindicato dos Economistas, do Sindicato dos Profissionais de Escritório do Distrito de Lisboa e da Sociedade Portuguesa de Contabilidade.	
1975	Constituição em 3 de Março de 1975 da Associação Portuguesa de Contabilistas (APC), actualmente designada de Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas (APPC).	Tem um papel importante na melhoria do ensino superior em Contabilidade. A alteração da designação ocorreu em 23 de Dezembro de 1997. Publica desde 1975 uma revista técnica, actualmente designada de “Revista de Contabilidade e Finanças”, com periodicidade trimestral e distribuída gratuitamente aos seus associados. Estou a ultimar um artigo sobre a História da APPC.
1976	A Comissão constituída por Despacho de 27 de Fevereiro de 1975, atrás referida, apresenta ao Governo o “Plano Oficial de Contabilidade para as Empresas”.	Esta informação consta do site da CNC. Considerando a proximidade da data do relatório, suponho que este foi o plano que serviu de base à publicação do Decreto-Lei n.º 47/77, de 27 de Fevereiro, que aprovou o primeiro Plano Oficial de Contabilidade (POC/77).
1977	Publicação do Plano Oficial de Contabilidade (1.º POC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de Fevereiro. Criação da Comissão de Normalização Contabilística (art.º 4.º), prevendo-se a sua designação por Portaria do Ministro das Finanças.	Obrigatório para todas as empresas excepto banca, seguros e entidades públicas. Só em finais de 1979 é que foram designados os membros da CNC, representando Associações de Profissionais, Associações Empresariais, Confederação da Indústria e do Comércio, Estabelecimentos de Ensino Superior, DGCI, Inspeção de Finanças, Banco de Portugal, Instituto de Seguros de Portugal, etc. Elaborei o artigo “Contributo para a História da Revisão de Contas em Portugal”, publicado na revista Revisores e Empresas n.º 27, de Outubro/Dezembro de 2004, pp. 9-23 e disponível no meu Portal INFOCONTAB.
1977	Constituição em 8 de Março de 1977 da Câmara dos Técnicos de Contas (não oficial), actualmente designado IATOC – Instituto para Apoio aos Técnicos Oficiais de Contas, que está praticamente inactivo, pois não têm sido organizados actos eleitorais para os órgãos, embora mantenha activo o site (www.iatoc.org) da responsabilidade do ex-dirigente, João Colaço.	Tenta lutar pela regulamentação da profissão dos técnicos de contas. De acordo com o actual Estatuto “os sócios fundadores vinham desenvolvendo, desde 1963, no âmbito da sua Secção Profissional inserida no Sindicato dos Trabalhadores do Escritórios e Serviços de Lisboa (hoje SITESE)...”. Estou a ultimar um artigo sob o título “História do IATOC”.
1977	Constituição em 16 de Março de 1977 da APOTEC – Associação Portuguesa dos Técnicos de Contas que mantém actividade (www.apotec.pt).	Tenta melhorar o profissionalismo e o respeito pelos técnicos de contas. Mais tarde alterou a designação para Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade (a palavra “Contas” foi substituída pela de “Contabilidade”).

		Estou a ultimar um artigo sob o título “História da APOTEC”.
1977	Início da publicação do “Jornal de Contabilidade” da APOTEC - Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade.	N.º 1, de Abril de 1977. O Jornal continua a ser publicado. O seu primeiro Director foi António Aires de Abreu e o actual é Severo Praxedes Soares. Elaborei um artigo sob o título “Jornal de Contabilidade da APOTEC – 30 Anos de (In)formação” disponível no meu Portal INFOCONTAB.
1979	Por Despacho de 10 de Dezembro de 1979, do Secretário de Estado do Orçamento do V Governo Constitucional, Alberto Ramalheira, foi reconduzida a CNC que tinha sido criada pelo referido Despacho de 27 de Fevereiro de 1975 e que havia cessado as suas funções após entrada em vigor do Plano Oficial de Contabilidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/77, de 17 de Fevereiro.	O teor do Despacho consta da Revista de Contabilidade e Finanças n.º 6, de Janeiro/Fevereiro de 1980, Ano 2, pp. 29-30.
1980	É publicada a Portaria n.º 819/80, de 13 de Outubro, da Secretaria do Estado e Orçamento que define as atribuições, os órgãos (Conselho Geral e Comissão Executiva) e respectivas entidades representantes, bem como as competências da Comissão de Normalização Contabilística (CNC).	Esta Portaria visou dar cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de Fevereiro, que criou o Plano Oficial de Contabilidade, e, também, a Comissão de Normalização Contabilística (CNC) que veio a ser nomeada mais tarde.
1983	Rogério Fernandes Ferreira defende a sua tese de Doutoramento em Organização e Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, sob o título “Normalização Contabilística”, publicada em livro no ano seguinte pela Livraria Arnado de Coimbra.	A tese constituiu uma análise crítica ao Plano Oficial de Contabilidade. Elaborei artigo sob o título “Rogério Fernandes Ferreira e a “Normalização Contabilística””, publicado no livro de “História da Contabilidade em Portugal – Reflexões e Homenagens”, Ed. Áreas Editora, Lisboa, pp. 357-70, Revista Electrónica INFOCONTAB n.º 1, de Julho de 2005 e do Portal INFOCONTAB.
1983	Criação da Comissão de Normalização Contabilística.	Emite normas de acordo com as directivas contabilísticas comunitárias e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. A criação da CNC foi efectuada pela Portaria n.º 819/80, de 13 de Outubro. A constituição (indicação dos nomes dos membros) da CNC, com base naquela Portaria, foi efectuada por Aviso publicado na II série do D.R. n.º 75, de 31 de Março de 1983.
1985	A Câmara dos Técnicos de Contas (actual IATOC) publica o primeiro número do “Boletim Informativo da Câmara dos Técnicos de Contas”.	N.º 1, de Fevereiro de 1985. O Boletim foi publicado até Abril de 1994 (n.º 72).
1985	Publicado o Decreto-Lei n.º 74/85, de 22 de Março, que introduz alterações ao POC, por motivo da entrada em vigor (em 1 de Janeiro de 1986) do Código do Imposto sobre Valor Acrescentado (CIVA).	Exigência contabilística em virtude da entrada de Portugal na CEE.
1986	Acórdão n.º 282/86 – Processo n.º 4/85, do Tribunal Constitucional, publicado no Diário da República n.º 260, I Série, de 11 de Novembro, o qual declara a inconstitucionalidade dos art.ºs 160.º do Código da Contribuição Industrial e 130.º do Código do Imposto sobre as	Pela primeira vez é reconhecido que os Técnicos de Contas exercem funções de interesse público, sujeitos a uma certa disciplina pública, tornando-os à lei co-responsáveis pelo cumprimento de algumas importantes obrigações fiscais. Dado que os Técnicos de Contas não estão organizados em associação pública,

	Transacções, na parte respeitante à suspensão da inscrição dos técnicos de contas, por infracção dos artigos 18.º, n.º 2, 30.º, n.º 4 e 47.º n.º 1 da Constituição da República Portuguesa.	à qual o Estado pudesse devolver, no todo ou em parte, o poder disciplinar profissional, tem de ser a própria Administração a exercer esse poder disciplinar.
1986	A Câmara dos Revisores Oficiais de Contas publica o n.º 1, de Abril de 1996, I Série, do “Boletim da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas”.	A II Série do Boletim foi publicada a partir de Outubro/Dezembro de 1994. Posteriormente, a Câmara dos ROC passou a publicar a revista “Revisores & Empresas” (n.º 1, de Abril/Junho de 1998) que foi publicado com esse sentido até ao n.º 34, de Julho/Setembro de 2006, passando, a partir dessa data, a designar-se “Revisores ∃ Auditores. Elaborei artigo sob o título “As Publicações da OROC – Uma Análise Histórica”, publicado no meu livro “História da Contabilidade em Portugal – Reflexões e Homenagens”, Ed. Áreas Editora, 1995, pp. 547-68 e disponível no meu Portal INFOCONTAB.
1986	Adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) a partir de 1 de Janeiro de 1986.	A adopção da IV e VII Directivas implicou alterações no POC.
1986	Início da reforma da tributação dos anos 80, com a introdução a partir de 1 de Janeiro de 1986 do Código do IVA, resultante da adesão de Portugal à então CEE.	O Código do IVA revogou principalmente o Código do Imposto sobre as Transacções (IT).
1986	Aprovado o Código das Sociedades Comerciais pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de Setembro, em vigor desde 1 de Novembro do mesmo ano, que revoga os artigos do Código Comercial relativos à regulamentação das sociedades.	O Código faz referência à profissão de revisor oficial de contas mas não à de técnico de contas (esta ainda não estava regulamentada).
1986	Início dos Cursos de Estudos Superiores de Especialização nos Institutos Superiores de Contabilidade e Administração	Os cursos de contabilidade passam a licenciatura.
1987	A CNC passa a emitir Notas Interpretativas, sendo a primeira sobre “Contabilização pelo donatário, de equipamento transmitido a título gratuito”.	Aprovada em reunião do Conselho Geral de 30 de Julho de 1987 e publicada no D.R. 298, II Série, de 29 de Dezembro de 1987. Até 1988 e antes da publicação do novo POC foram emitidas 12 Notas Interpretativas, sendo que as três últimas não foram publicadas no D.R.
1987	Pela Portaria n.º 262/87, de 3 de Abril, são introduzidas alterações na estrutura e funcionamento da CNC, de forma a obter maior operacionalidade, sendo revogada a Portaria 819/80, de 13 de Outubro.	Esta Portaria passa, deste modo, a constituir o novo diploma da estrutura e funcionamento da CNC, destacando-se a inclusão de um novo órgão (o Presidente da CNC), designado pelo Ministro das Finanças, mantendo-se, porém, os restantes dois (Conselho Geral e Comissão Executiva), bem como a existência de dois secretariados (técnico e administrativo).
1988	Em 21 de Maio de 1988 é constituída a APECA – Associação Portuguesa das Empresas de Contabilidade e Administração, cujos associados são essencialmente empresas de contabilidade.	Elaborei um artigo sob o título “APECA - 20.º Aniversário (1988-2008)”, disponível no meu Portal INFOCONTAB e publicado em suplemento do Boletim APECA, em Maio de 2008.

1988	A APECA publica o n.º 1 “do Boletim Informativo da APECA”, de Outubro de 1988.	O Boletim designa-se actualmente “Boletim APECA” e o seu Director desde o início da sua publicação, é o Sr. Fernando Santos.
1989	As reformas fiscais introduziram novos códigos (Código do IRC e Código do IRS), exigindo a tributação baseada no lucro real das empresas	Relativamente ao seu antecessor (Código da Contribuição Industrial) o Código do IRC apela ao apuramento do lucro tributável de acordo com a “teoria do incremento patrimonial”, numa base de “rendimento-acrécimo”, em que também relevam as variações patrimoniais positivas e negativas no âmbito dos art.ºs 21.º e 24.º, respectivamente, e num contexto de variação do património líquido no início e no fim da tributação.
1989	Aprovado o actual POC, pelo Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro, em vigor desde 1 de Janeiro de 1990.	Adaptação à 4.ª Directiva da UE pelo art.º 6.º n.º 1 e revogado o Decreto-Lei n.º 47/77 de 7 de Fevereiro (POC/77) e o n.º 2 do mesmo artigo. Mantém em funções a Comissão Normalização Contabilística.
1991	Em 12 de Junho de 1991, a Assembleia da República aprova, por unanimidade, uma autorização legislativa (Lei n.º 193/V) que autoriza o Governo a criar uma Associação dos Técnicos de Contas	O Governo acabou por não utilizar a autorização legislativa, pelo que a criação da Associação ficou adiada.
1991	É publicada a primeira Directriz Contabilística n.º 1/98, sob o título “Tratamento Contabilístico de Concentrações de Actividades Empresariais”, de 8 de Agosto, como normativo complementar ao POC.	Até à presente data foram publicadas 29 Directrizes Contabilísticas a última das quais sob o título “Matérias Ambientais”. Complementarmente, a CNC tem publicado Interpretações Técnicas (até à data foram publicadas cinco).
1992	António Lopes de Sá, brasileiro e naturalizado português, inicia a divulgação de uma nova teoria denominada “Neopatrimonialismo” baseada no “Patrimonialismo” do italiano Vincenzo Mazi, seguido em Portugal por Jaime Lopes Amorim, através da publicação do livro “Teoria Geral do Conhecimento Contábil” Ed. IPAT – Instituto de Pesquisa Augusto Tomelin.	António Lopes de Sá é o português que tem maior número de livros (mais de 180) e artigos publicados. Elaborei artigo sob o título “António Lopes de Sá e o “Neopatrimonialismo””, publicado Jornal de Contabilidade da APOTEC n.º 345, de Dezembro de 2005, pp. 464-7, no meu livro “História da Contabilidade em Portugal – Reflexões e Homenagens”, Ed. Áreas Editora, Lisboa, pp. 349-56 e disponível no meu Portal INFOCONTAB.
1994	Em Setembro de 1994 dá-se o arranque do Mestrado em Contabilidade e Finanças Empresariais da Universidade Aberta, sendo o primeiro na área da Contabilidade.	Conforme informação na Revista de Contabilidade e Finanças n.º 1, Ano I, de Janeiro/Março de 1996, p. 5.
1994	A Câmara dos Técnicos de Contas (actual IATOC) promove a constituição da Cooperativa “Protocontas” visando a publicação da revista “Eurocontas” (n.º zero, de Julho de 1994).	Publicada até ano n.º 62, de Novembro de 2000, foi distribuída gratuitamente aos Técnicos Oficiais de Contas até essa data e mediante um protocolo celebrado entre a Protocontas e a Direcção da CTOC. O primeiro Director foi Pombo Cruchinho e o último João Colaço. A revista terminou a sua publicação em virtude de ter expirado esse protocolo, tendo a CTOC passado a publicar, a partir de Abril de 2000 a revista TOC.
1994	Por escritura pública de 22 de Outubro de 1994, realizada em Tomar, é constituída a ADCES – Associação de Docentes de Contabilidade do	A ADCES publica, desde Janeiro de 1999, o Boletim Informativo “Contabilidade e Professores”, tendo Joaquim Fernando da Cunha

	<p>Ensino Superior, sendo a mesma assinada por alguns docentes, entre os quais o Professor Doutor Rogério Fernandes Ferreira, que viria a ser o primeiro Presidente da Direcção e é o associado n.º 1.</p>	<p>Guimarães sido o único responsável redactorial do n.º 1, de Janeiro de 1999 ao n.º 16, de Outubro/Dezembro de 2002. Posteriormente, foram reeditados mais quatro números, sendo o n.º 17, do 1.º Semestre de 2004 e o último número o n.º 20, do 1.º Semestre de 2006.</p> <p>Elaborei um artigo sob o título “História da ADCES” disponível no meu Portal INFOCONTAB e publicado no Boletins da ADCES n.º 19, 2.º Semestre de 2005 e n.º 20, 1.º Semestre de 2006. Estou a ultimar um outro artigo bastante mais completo sobre a História da ADCES.</p>
1995	<p>Publicação do Estatuto (1.º Estatuto) da Associação dos Técnicos Oficiais de Contas, através do Decreto-Lei n.º 265/95, de 17 de Outubro</p>	<p>As empresas tributadas de acordo com os lucros reais passam a ser obrigadas a designar um técnico oficial de contas. Aparecimento da Associação dos Técnicos Oficiais de Contas (ATOC) e da designação de “Técnico Oficial de Contas” e inscrição obrigatória para se poder exercer a profissão.</p> <p>Elaborei artigo “História da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas – 10.º Aniversário (1995/2005)”, publicado no meu livro “Técnicos Oficiais de Contas”, Ed. INFOCONTAB Edições, Lda, Janeiro de 2007, pp. 153-254 e disponível no meu Portal INFOCONTAB.</p>
1996	<p>A APOTEC cria, em Junho de 2006, o Centro de Estudos de História da Contabilidade, constituído por um Conselho Executivo e um Conselho Científico, composto por 24 membros (12 em cada órgão).</p>	<p>O Centro reúne pelo menos duas vezes por ano e, até à data, relevam-se a realização de cinco Jornadas de História da Contabilidade e a institucionalização de um “Prémio de História da Contabilidade – Martim Noel Monteiro” que vai na sua 13.ª edição (2008).</p> <p>Elaborei artigo sob o título “História (Breve) do Centro de Estudos de História da Contabilidade da APOTEC”, disponível no meu Portal INFOCONTAB.</p>
1997	<p>Em 9 de Dezembro de 1997 é publicado o Decreto-Lei n.º 232/97, de 9 de Dezembro que aprova o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) e cria, no âmbito do Ministério das Finanças, a Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública (CNCAP), cujo site é http://www.min-financas.pt/cncap/index.htm</p>	<p>Depois do POCP foram publicados os seguintes POC Sectoriais da Administração Pública:</p> <ul style="list-style-type: none"> – POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro. – POCISSSS - Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 12/2002, de 25 de Janeiro. – POC - Educação - Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação, aprovado pela Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro. – POCMS – Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde, aprovado pela Portaria n.º 898/2000, de 28 de Setembro.
1998	<p>A Câmara dos Revisores Oficiais de Contas passa a publicar a revista</p>	<p>Publicada em substituição do “Boletim da Câmara dos Revisores Oficiais de</p>

	“Revisores & Empresas”.	Contas”. A partir do n.º 35, de Outubro/Dezembro passou a designar-se “Revisores ∃ Auditores”. Elaborei artigo sob o título “As Publicações da OROC – Uma Análise Histórica”, publicado no meu livro “História da Contabilidade em Portugal – Reflexões e Homenagens”, Ed. Áreas Editora, 1995, pp. 547-68 e disponível no meu Portal INFOCONTAB.
1999	Pelo Decreto-Lei n.º 367/99, de 18 de Setembro, procede-se a nova reorganização da estrutura e funcionamento da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), mantendo-se, porém, a sua natureza jurídica, tecnicamente independente, mas administrativa e financeiramente dependente do Ministério das Finanças. Mantém-se, também, a estrutura organizacional com três órgãos (Presidente da CNC, Conselho Geral e Comissão Executiva), bem como as respectivas entidades representativas. Foi revogada a anterior Portaria n.º 262/87, de 3 de Abril, bem como os n.ºs 2 e 3 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro que aprovou o POC/89.	Destaca-se a atribuição da CNC de emitir Directrizes Contabilísticas, de efeito obrigatório, sujeitas a homologação do Ministro das Finanças (art.º 2.º al. c)). Esta norma visou essencialmente tentar terminar com a polémica de que as Directrizes Contabilísticas por não serem publicadas por diploma legal, mas por simples publicação no D.R., não têm os efeitos legais equivalentes ao POC, esta sim aprovado por Decreto-Lei. O que é certo é que a questão continua a não ser pacífica. Elaborei artigo sob o título “As Directrizes Contabilísticas - Sua Importância no Contexto da Normalização Contabilística Nacional”, publicado na revista Revisores & Empresas n.º 20, de Janeiro/Março de 2003, pp. 27-35 e disponível no Portal INFOCONTAB.
1999	Criação da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, pelo Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro.	A primeira Ordem na área da Contabilidade. Em “substituição” da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas.
1999	A ATOC muda a sua designação para Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC). O novo Estatuto da Câmara dos TOC é aprovado pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de Novembro.	
1999	Em Setembro de 1999, Amândio Faustino Ferreira Tavares apresenta a sua Dissertação de Mestrado de Contabilidade e Auditoria da Universidade do Minho, sob o título “A Influência de Jaime Lopes Amorim no Desenvolvimento da Contabilidade em Portugal”, a qual é considerada a primeira na área da “História da Contabilidade” (até Dezembro de 2008 foram apresentadas onze dissertações nesta área), referindo-se à vida e obra desse grande Mestre da Contabilidade do século passado.	Sob minha sugestão ao autor, a dissertação foi publicada em livro pela editora INFOCONTAB Edições, Lda., em Novembro de 2008, e apresentada em 15 de Janeiro (data de nascimento de Jaime Lopes Amorim) de 2009 em sessão pública realizada nas instalações da Representação Distrital do Porto da Câmara dos TOC que apoiou a divulgação do livro. Sobre a vida e obra de Jaime Lopes Amorim disponibilizo diversas informações complementares no meu Portal INFOCONTAB no menu “Contabilidade/Mestres-Professores/Jaime Lopes Amorim (1891 - 1973)”
2000-2008	Depois de na última década do século/milénio passado, se ter registado um incremento significativo dos Mestrados e Doutoramentos na área da Contabilidade, constatamos que foi já neste século XXI que se deu o “grande salto” na investigação contabilística em Portugal. Assim, a nível de doutoramentos na última década do século passado foram apresentados 7 teses de doutoramentos e, na corrente década, já	Elaborei três artigos sob os títulos: – A Investigação Contabilística em Portugal, publicado na revista TOC n.º 73, de Abril de 2006, pp. 22-33, Revista Electrónica INFOCONTAB n.º 8, de Abril de 2006 e disponível para download no Portal INFOCONTAB. – As Mulheres na Profissão Contabilística, publicado na revista TOC

	<p>foram apresentadas 36 teses.</p> <p>Como poderá ser consultado no menu “Contabilidade/Investigação/Doutoramentos” do meu Portal INFOCONTAB, a primeira tese de doutoramento na área de contabilidade foi defendida em 1932 (publicada em livro em 1935) por Polybio Garcia, sob o tema “A Unificação dos Balanços”. Desde 1932 até 1991, i.e., num espaço de quase 60 anos apenas foram apresentadas mais 9 teses e todas por homens.</p> <p>A primeira tese de doutoramento apresentada por uma mulher, foi a de Lúcia Lima Rodrigues, em 1998, na Universidade do Minho e sob o título “Aplicação da Teoria dos Conjuntos Vagos à Medida e à Gestão do Risco Cambial e Económico”.</p> <p>A partir daí as mulheres começaram a “dominar” a investigação e a apresentação de teses (de acordo com dados disponíveis no meu Portal, até 31 de Dezembro de 2008, foram apresentadas 24 teses por mulheres e 26 teses por homens, sendo que 21 teses foram apresentadas no estrangeiro).</p>	<p>n.º 94, de Janeiro de 2008, pp. 38-41, na Revista Electrónica INFOCONTAB n.º 25, de Novembro de 2007 e disponível para download no Portal INFOCONTAB.</p> <ul style="list-style-type: none"> - As Mulheres na Profissão Contabilística (versão reduzida), publicado no Diário do Minho n.º 27953, de Novembro de 2007, p. 2 e disponível para download no Portal INFOCONTAB.
2000	<p>A Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, publica o n.º 1, de Abril de 2000, da revista “TOC”</p>	<p>A revista surge na sequência do término do prazo do protocolo com a editora Protocontas, com base no qual a CTOC distribuía gratuitamente aos TOC a revista “Eurocontas”, cujo último número (62) foi publicado em Novembro de 2000.</p> <p>A revista continua a ser publicada e o seu Director desde o primeiro número é o Presidente da Direcção, António Domingues de Azevedo.</p> <p>Elaborei três artigos estatísticos sobre a revista:</p> <ul style="list-style-type: none"> - “2 Anos da “TOC” em Revista”, publicado na revista TOC n.º 26, de Maio de 2002, pp. 34-9 e disponível no meu Portal INFOCONTAB. - “4 anos da “TOC” em Revista”, publicado na revista TOC n.º 53, de Agosto de 2004, pp. 33-40 e disponível no meu Portal INFOCONTAB. - “História da Revista TOC”, publicado na revista TOC n.º 100, de Julho de 2008, pp. 30-41 e disponível no meu Portal INFOCONTAB.
2001	<p>A CNC emite a primeira “Interpretação Técnica” sob o título “Locações – Alcance a atribuir à disposição constante da alínea d) do ponto 4 da Directriz Contabilística n.º 25”</p>	<p>Aprovada pelo Conselho Geral em reunião de 18 de Abril de 2001.</p> <p>Até à 31 de Dezembro de 2008 foram emitidas 5 Interpretações Técnicas</p>
2002	<p>É publicado o Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, relativo à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) na UE, incluindo, portanto, Portugal.</p>	<p>Este é o “Regulamento-Base” que servirá de suporte ao futuro modelo de normalização contabilística nacional, que, de acordo com sugestão da CNC, se designará “Sistema de Normalização Contabilística” (SNC).</p>

2003	A CNC elabora e disponibiliza no seu site, um documento estruturante para o futuro da normalização contabilística nacional, intitulado “Projecto de Linhas de Orientação para um Novo Modelo de Normalização Contabilística”, o qual foi aprovado em reunião do Conselho Geral de 15 de Janeiro de 2003 e enviado para o Governo.	Sobre o tema, elaborei, entre outros, os seguintes artigos: <ul style="list-style-type: none"> - Um Novo Modelo de Normalização Contabilística Nacional, publicado no Jornal AIMINHO n.º 40, de Fevereiro de 2003, p. 21 e Semanário Económico n.º 853, de Maio de 2003, p. 17 e disponível no meu Portal INFOCONTAB. - Um Novo Modelo de Normalização Contabilística Nacional, publicado na revista TOC n.º 38, de Maio de 2003, pp. 39-41 e disponível no meu Portal INFOCONTAB. - O Futuro da Normalização Contabilística Nacional das Empresas, publicado no Jornal de Contabilidade n.º 314, de Maio de 2003, p. 169 e disponível no meu Portal INFOCONTAB.
2003	É publicado o Regulamento (CE) n.º 1725/2003, da Comissão, de 21 de Setembro, que adopta certas normas internacionais de contabilidade, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho	Este Regulamento estabelece no considerando n.º 2 que a Comissão após apreciar os pareceres apresentados pelo Comité Técnico Contabilístico, concluiu que as normas internacionais de contabilidade vigentes em 14 de Setembro de 2002 respeitam os critérios estabelecidos para a sua adopção no art.º 3.º do Regulamento (CE) n.º 1606/2002. Assim, o art.º 1.º do Regulamento estabelece: “são adoptadas as normas internacionais de contabilidade constantes do Anexo”. No Anexo ao Regulamento são publicadas as NIC aplicáveis e com a redacção vigente nessa altura.
2003	Em 31 de Março de 2003 entraram em vigor as novas regras de inscrição na Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, as quais definem uma estrutura curricular dos cursos permitem o acesso à profissão de TOC e respectiva carga horária das disciplinas, bem como a exigência de um estágio, o qual pode ser dispensado nos termos de Regulamento criado para o efeito, bem como um exame de aptidão profissional obrigatório a partir de 31 de Dezembro de 2004, com excepção do exame sobre o Estatuto e o Código Deontológico que é obrigatório a partir de 31 de Março de 2003.	Estas novas regras de acesso à profissão de TOC originaram a que as Universidades/Institutos tivessem que reformular os currículos dos cursos que permitam tal acesso, potenciando, nomeadamente, as cargas horárias das matérias-chave (Contabilidade Geral, Contabilidade Analítica e Fiscalidade). Além disso, algumas instituições criaram infra-estruturas físicas, técnicas e de recursos humanos para a implementação de projectos de simulação empresarial, a fim de darem cumprimento aos requisitos da dispensa de estágio profissional.
2004	A Comissão Executiva da CNC (CE-CNC) elabora e divulga no seu site um documento, datado de 11 de Fevereiro de 2004, sob o título “Desenvolvimento do Novo Modelo de Normalização Contabilística – Plano de Acção da CNC”.	Neste documento a CE-CNC define as acções a empreender, os documentos a produzir, os recursos a afectar e o ponto de situação das normas, visando a elaboração do novo modelo contabilístico nacional.
2004	Em 25 de Maio de 2004, a Câmara dos TOC, em colaboração com a ADCES – Associação de Docentes de Contabilidade do Ensino Superior, procedeu ao lançamento do número zero da revista “Contabilidade e	

	Gestão”, sendo considerada uma revista científica em que os artigos, antes da sua publicação, são previamente analisados por especialistas (“referees”).	
2005	Em Janeiro de 2005, Joaquim Fernando da Cunha Guimarães, publica (Áreas Editora, Lisboa) o seu livro “História da Contabilidade em Portugal – Reflexões e Homenagens”, com 568 páginas, constituindo uma compilação de 33 artigos, a maioria dos quais publicados em revistas nacionais, divididos em 3 capítulos: I- Reflexões de Âmbito Geral, II – Homenagens a Personalidades e III – Reflexões e Homenagens – Organizações e Publicações.	O destaque deste livro justifica-se pelo facto de o mesmo abordar temas em “História da Contabilidade”, alguns dos quais constituem pistas para investigações futuras.
2005	É publicado o Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2005, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2003/51/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Junho, que altera as Directivas 78/660/CEE, 83/349/CEE, 86/635/CEE e 91/674/CEE do Conselho relativas às contas anuais e às contas consolidadas de certas formas de sociedades, bancos e outras instituições financeiras e empresas de seguros, 1 de Maio de 2002.	Este diploma foi publicado face ao disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e introduz alterações ao POC, ao Código das Sociedades Comerciais, ao Código do Registo Comercial e outra legislação. Elaborei os seguintes artigos: – O DL 35/2005 – Alterações ao Plano Oficial de Contabilidade, publicado no Guia do Contribuinte n.º 29, de Maio de 2005, pp. 1108-1111, Jornal AIMINHO n.º 57, de Abril de 2005 e disponível no meu Portal INFOCONTAB. – Análise (Breve) de DL 35/2005, disponível no meu Portal INFOCONTAB. – O DL 35/2005 – Análise de alguns aspectos contabilísticos e fiscais, publicado no Jornal de Contabilidade n.º 339, de Junho de 2005, pp. 222-6 e disponível no meu Portal INFOCONTAB..
2006	A Comissão Executiva da CNC (CE-CNC) divulga no site um primeiro projecto de modelos de demonstrações financeiras que poderão ser utilizados pelas entidades que, nos termos do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, elaboram as contas anuais de 2005, em conformidade com as NIC adoptadas nos termos do art.º 3.º do Regulamento 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho.	Com esta iniciativa, a CE-CNC visou contribuir e constituir um auxiliar de “homogeneização do relato financeiro” para as referidas entidades, pois as mesmas já teriam de apresentar as suas contas consolidadas com base nas NIC, a partir de 1 de Janeiro de 2005, face ao disposto no Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro.
2006	Os Estabelecimentos de Ensino Superior, nomeadamente os que oferecem cursos de acesso à profissão de Técnico Oficial de Contas (TOC), iniciarem os respectivos processos de adaptação à denominada “Convenção de Bolonha”, mais tarde designada de “Processo de Bolonha”, face à transposição para o direito interno do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, no sentido da redução da duração das	Em 23 de Março de 2006, a CTOC nomeou uma “Comissão Eventual para Acompanhamento do Processo de Bolonha”, a qual ficou incumbida de analisar o respectivo impacto no acesso à profissão de TOC, e apresentar uma proposta à Direcção para definição das disciplinas e das respectivas cargas horárias, a qual já foi apresentada e aguarda deliberação da Direcção nesse sentido.

	licenciaturas para três anos, eliminando-se o grau de “bacharelato” e dos Mestrados (um ou dois anos).	
2006	Em Novembro de 2006, o Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, instituiu, em parceria com o Conselho Federal de Contabilidade do Brasil, a Fundação Brasileira de Contabilidade e a CTOC, o “PRÉMIO INTERNACIONAL DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA CONTÁBIL PROF. ANTÓNIO LOPES DE SÁ”, visando premiar as melhores monografias, teses e trabalhos científicos inéditos no contexto da Contabilidade, tendo por base o tema geral “Normalização Contabilística – Factor de transparência e garantia da sociedade”.	Divulgado na revista TOC n.º 80, de Novembro de 2006, p. 21.
2006	Por Despacho n.º 2575/2006 (2.ª série) de 23 de Janeiro de 2006, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, João José Amaral Tomaz, publicado na II Série do D.R. n.º 24, de 2 de Fevereiro de 2006, é constituído um Grupo de Trabalho, presidido pelo Dr. José Vieira dos Reis, ex-Bastonaário da Ordem dos ROC e 7 vogais (2 do Centro de Estudos Fiscais, um da Direcção dos Serviços do IRC, um da CNC, um do Banco de Portugal, um do Instituto de Seguros de Portugal e um da CMVM), visando identificar, no prazo de seis meses, o impacto fiscal das alterações decorrentes da adopção das NIC nas contas individuais e propor as necessárias adaptações da legislação fiscal.	O Relatório do Grupo de Trabalho foi apresentado no prazo estabelecido e publicado em livro, sob o título “Impacto Fiscal da Adopção das Normas Internacionais de Contabilidade”, Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal, n.º 200, Ed. do Centro de Estudos Fiscais da Direcção Geral dos Impostos, Lisboa, Dezembro de 2006.
2006	A revista “Revisores & Empresas” da Ordem dos ROC, passa a designar-se “Revisores e Auditores”, a partir do n.º 35, de Outubro/Dezembro de 2006, apresentando um novo design mas mantendo praticamente o seu conteúdo.	
2007	Em Janeiro de 2007, a CNC elaborou e disponibilizou no seu site o documento “Projecto de Novo Modelo Contabilístico” designando-o de “SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA” (SNC), elaborado com base no projecto de Janeiro de 2003 e de acordo com o Plano de Acção de 2004, visando a adopção e adaptação das Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) e das Normas Internacionais e de Relato Financeiro (NIRF), bem como as respectivas Interpretações (SIC/IFRIC), e prevendo a sua entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2008 (o que não veio a acontecer e só será, provavelmente, em 1 de Janeiro de 2010). Assim, a CNC propõe 28 Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e uma única Norma Contabilística e de Relato Financeiro – Pequenas Entidades (NCRF-PE), com 18 capítulos	Elaborei os seguintes artigos: <ul style="list-style-type: none"> - O Novo “Sistema de Normalização Contabilística” em 2007, publicado na Revista Contabilidade & Empresas, de Fevereiro de 2007, p. 17, no Jornal AIMINHO n.º 75, de Março de 2007, p. 18 e disponível no meu Portal INFOCONTAB; - “A Audição Pública do Sistema de Normalização Contabilística (SNC)” publicado no Diário do Minho n.º 28147, de Maio de 2008, p. 5, Jornal AIMINHO n.º 86, de Maio de 2008, p. 19, Revista Electrónica INFOCONTAB n.º 31, de Maio de 2008 e disponível no Portal INFOCONTAB.

	adaptadas dessas 28 NCRF (i.e., há 10 NCRF não incluídas na NCRF-PE) para as empresas de reduzidas dimensões cujos parâmetros serão definidos pelo Governo.	
2007	Em 16 de Abril de 2007, o Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP), representado pelo Ministro, Teixeira dos Santos, e pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Carlos Lobo, promove uma sessão pública de apresentação do Sistema de Normalização Contabilística, nas instalações da Direcção de Finanças de Lisboa na Expo. Nas suas intervenções enaltecem o trabalho da CNC e o SNC e apelaram à participação da comunidade universitária e profissional no sentido da apresentação de contributos para a melhoria do documento, estipulando um prazo de 60 dias (mais tarde alargado até 31 de Julho de 2008). O SEAF informou que foram criados dois Grupos de Trabalho, sendo um para acompanhamento dos contributos sobre o SNC e outro sobre os respectivos impactos fiscais em sede de IRC.	São conhecidos os contributos, divulgados nos respectivos sites, da Câmara dos TOC e da Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas (APPC). Até 31 de Dezembro de 2008, não foram divulgados os relatórios dos dois Grupos de Trabalho, nem foi publicado o SNC. Elaborei artigo “A Audição Pública do Sistema de Normalização Contabilística (SNC)” publicado no Diário do Minho n.º 28147, de Maio de 2008, p. 5, Jornal AIMINHO n.º 86, de Maio de 2008, p. 19, Revista Electrónica INFOCONTAB n.º 31, de Maio de 2008 e disponível no Portal INFOCONTAB.
2007	Em 10 de Abril de 2007, no Salão Nobre das instalações da sede da Câmara dos TOC (CTOC), tomou posse a Comissão de História da Contabilidade (CHC) da CTOC, constituída por três membros: Lúcia Lima Rodrigues (Presidente), Joaquim Fernando da Cunha Guimarães (Vogal) e Leonor Fernandes Ferreira (Vogal), visando promover o estudo da investigação da História da Contabilidade em Portugal e o seu desenvolvimento e conhecimento em Portugal e no estrangeiro (v.g. realização de eventos, protocolos, apresentação de artigos em revistas internacionais, apresentação de comunicações em congressos internacionais)	De notar que a CHC-CTOC passou a ser a segunda estrutura nacional para o estudo da História da Contabilidade, pois a primeira foi constituída em Junho de 1996 pela APOTEC, através da criação do Centro de Estudos de História da Contabilidade (ver informação neste quadro naquela data). Elaborei artigo sob o título “A Comissão de História da Contabilidade da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas”, disponível para download no Portal INFOCONTAB.
2007	Em 2 de Julho de 2007, a Professora Doutora Delfina Rosa da Rocha Gomes, docente da Universidade do Minho, apresenta a sua tese de Doutoramento em Contabilidade, sob o título “Accounting Change in Central Government: The Institutionalization of Double Entry Bookkeeping at the Portuguese Royal Treasury (1761-1777)”, sendo considerada a primeira tese de doutoramento na área da História da Contabilidade.	De notar que a Professora Delfina Gomes também já tinha apresentado, em 2000, a sua dissertação de Mestrado em Contabilidade e Auditoria da Universidade do Minho, na área de História da Contabilidade, sob o título “A Evolução dos Registos Contabilísticos e a Aplicação da Partida Dobrada em Portugal”
2007	Em Janeiro de 2007 e em Outubro de 2007, Joaquim Fernando da Cunha Guimarães publica (Ed. INFOCONTAB Edições Lda., Braga), dois livros com os títulos “Técnicos Oficiais de Contas” (529 páginas) e “Revisores	Dos artigos publicados nos livros, destaco os dois seguintes: – “História da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas - 10.º Aniversário (1995/2005)”, publicado na Revista Electrónica

	<p>Oficiais de Contas” (410 páginas), respectivamente, ambos constituindo compilações de diversos artigos, a maioria dos quais publicados em revistas nacionais, sobre as duas profissões, permitindo, desta forma, um melhor conhecimento histórico e actual sobre as mesmas, bem como sobre as respectivas associações (CTOC e OROC).</p>	<p>INFOCONTAB n.º 15, de Dezembro de 2006, no livro <i>Técnicos Oficiais de Contas</i>, INFOCONTAB Edições, Lda, Braga, Janeiro de 2007, pp. 153-254 e disponível para download no Portal INFOCONTAB;</p> <p>– “Contributo para a História da Revisão de Contas em Portugal”, publicado na revista <i>Revisores & Empresas</i> n.º 27, de Outubro/Dezembro de 2004, pp. 9-23, nos livros <i>Revisores Oficiais de Contas</i>, INFOCONTAB Edições, Lda, Braga, Outubro de 2007, pp. 25-53 e <i>História da Contabilidade em Portugal - Reflexões e Homenagens</i>, Áreas Editora, Lisboa, Janeiro de 2005, pp. 97-126 e disponível para download no Portal INFOCONTAB.</p>
<p>2008</p>	<p>Em 29 e 30 de Setembro de 2008, realiza-se o “Primeiro Encontro de História da Contabilidade” da CTOC organizado pela Comissão de História da Contabilidade da CTOC (CHC-CTOC), em duas sessões, respectivamente em Lisboa e no Porto, registando 2.000 inscritos, tendo sido, deste modo, o maior evento nacional sobre História da Contabilidade realizado em Portugal.</p> <p>Em 29 de Setembro, a Direcção da CTOC disponibilizou no seu site um novo menu sob o título “História da Contabilidade”, no qual são disponibilizadas informações sobre a CHC-CTOC, nomeadamente os diapositivos em <i>powerpoint</i> do Encontro, bem como o texto integral de livro de resumo de comunicações.</p>	